LUMEN ET VIRTUS

# Desafios da prática antropológica na Amazonia brasileira: Trajetória do movimento indígena organizado no Brasil (1970 a 2017)

https://doi.org/10.56238/levv15n39-165

**Edson Maia de Almeida**
Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Politécnica e Artística do Paraguai – UPAP
Curriculos LATTES: http://lattes.cnpq.br/7159985632072035

**Ely Macuxi (in memoriam)**
Homenagem pós mortem ao meu amigo querido

**RESUMO**
Os mecanismos de controle social utilizado pelo estado nacional impostos aos povos indígenas e as estratégias de resistência indígenas na defesa de direitos, as principais conquistas do movimento indígena, perspectivas e desafios frente ao quadro de negação e ataques sofridos. O objetivo geral deste artigo está em realizar uma análise do Movimento Indígena Organizado, tomando como referência a "XI Assembleia Geral Ordinária da COIAB", realizada nas Aldeia Sede/Terra Indígena Alto Rio Guamá, no Período de 28 a 30 de agosto de 2017. A metodologia utilizada foi a descritiva, conceitual, tomando como recorte a os anos de 1970 a 2017, por se constituir um período de ascensão do movimento indígena organizado. Dessa forma, um movimento indígena é um conjunto de estratégias e ações desenvolvidas por comunidades e organizações indígenas para defender seus direitos e interesses coletivos. Os movimentos indígenas são distintos das organizações indígenas, embora estas últimas sejam uma parte importante. As organizações indígenas são as formas pelas quais as comunidades ou povos indígenas organizam seu trabalho, suas lutas e suas vidas coletivas.

**Palavras-chave:** Movimento Indígena, Políticas Indigenistas, Indígena.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca realizar uma análise do Movimento Indígena Organizado, tomando como referência a "XI Assembleia Geral Ordinária da COIAB[1]", realizada nas Aldeia Sede/Terra Indígena Alto Rio Guamá, no Período de 28 a 30 de agosto de 2017. Considera-se que seja um evento singular para pensar as pautas que orientam as ansiedades das populações indígenas, nos sete estados que compõe a Amazônia Brasileira, frente ao estado nacional brasileiro. Optou-se em destacar duas pautas na organização do trabalho: 1 – Conjuntura: Relação entre os Direitos Indígenas e a Política Indigenista; 2 – O Fortalecimento da Participação Indígena na Política Partidária.

Pretende-se destacar os mecanismos de controle social utilizado pelo estado nacional impostos aos povos indígenas e as estratégias de resistência indígenas na defesa de direitos, as principais conquistas do movimento indígena, perspectivas e desafios frente ao quadro de negação e ataques sofridos. As reflexões e analises partirá da hipótese que permite afirmar, que apesar das esperanças e possibilidades trazida pelo movimento de resistência político, está em curso um processo de cooptação, desmobilização e fragmentação de direitos e garantia sociais implementado pelo estado brasileiro, que tem gerando crise de representação política, falto protagonismo, quebra na defesa dos territórios, da cultura, línguas, do modo de viver e produzir indígena.

Quer se entender, como o Movimento Indígena organizado tem resistido frente a estes contextos globais e unificadores de negação de direitos? Quais são as estratégias utilizadas para esses novos/velhos contextos? Quais são os novos caminhos, diálogo e justificativas junto as instituições de apoio as lutas sindígenas? Como tem equacionado as crises internas de representatividade, de organizações?

A metodologia utilizada foi a descritiva, conceitual, tomando como recorte a os anos de 1970 a 2017, por se constituir um período de ascensão do movimento indígena organizado, que impulsionaram o surgimento das primeiras grandes organizações indígenas regionais e nacionais, sob a liderança da União das Nações dos Indígenas – UNI, inclusão de direitos indígenas fundamentais na constituição do Brasil de 1988; implementação de programas e projetos executados por indígenas; formação de lideranças e técnicos indígenas nos anos 90 e 2000.

## 2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO TRADICIONAL INDÍGENAS: ELOS CULTURAIS

Um dos fatores que contribuíram para o processo de dominação e extermínio dos povos indígenas do Brasil foi a técnica dos colonos portugueses de explorar as divisões internas entre as diferentes etnias em proveito próprio, seja para provocar uma rixa entre eles ou para usá-los a seu favor. Forme seus exércitos para atacar grupos rivais.

[1] Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, fundada em 1986 para representar os povos indígenas que vivem nos estados do Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul.

A partir dessa trágica experiência, os povos indígenas decidiram superar a competição e se unir para lutar por seus direitos. Para consolidar essa nova estratégia, vários povos indígenas, a partir da década de 1970, começaram a criar suas organizações representativas para lidar com os vínculos com outros povos, bem como com a comunidade nacional e internacional.

Hoje, as associações e articulações entre essas organizações constituem o que se conhece como movimento indígena organizado; em outras palavras, o movimento combina esforços com estratégias locais, regionais e nacionais para construir entre comunidades, povos e organizações indígenas em torno de um todo. uma agenda comum e interesses de luta.

No entanto, é importante compreender as formas tradicionais de organização, a especificidade e as características de cada organização, de cada comunidade ou povo, que também são formas de vida organizadas, mas geralmente se limitam a níveis e interesses locais e não têm abrangência mais ampla. Diferenciar estes dois momentos, são importantes para compreender os desdobramentos que tais ideários organizativos tomarão frente aos novos contextos apresentados, dentre os quais, o movimento social indígena nos contextos urbanos.

Dessa forma, um movimento indígena é um conjunto de estratégias e ações desenvolvidas por comunidades e organizações indígenas para defender seus direitos e interesses coletivos. Os movimentos indígenas são distintos das organizações indígenas, embora estas últimas sejam uma parte importante. As organizações indígenas são as formas pelas quais as comunidades ou povos indígenas organizam seu trabalho, suas lutas e suas vidas coletivas.

A existência de organização é uma necessidade coletiva dos povos indígenas, pois a convivência só é possível com uma ordem interna mínima, na qual não há nada além de atribuição de tarefas e responsabilidades. Chefes, smokings, líderes, feiticeiros, professores, substitutos de saúde, pais de família e outros substitutos e membros da comunidade fazem parte da organização dentro da comunidade indígena desde que cada um tenha seus próprios papéis e responsabilidades.

Uma das principais características das organizações tradicionais dos povos indígenas é a distribuição social de cargos, funções, tarefas e responsabilidades entre indivíduos e grupos (fratrias, sibs ou tribos). A figura do indivíduo[2] é uma existência coletiva e suas ações são para a sobrevivência do grupo e dos indivíduos. Desta forma, existem xamãs de treinamento especializado e grupos de xamãs que são responsáveis pela segurança mental e física de indivíduos e pessoas.

Alguns são responsáveis pelo treinamento de guerreiros e técnicas de guerra, que incluem a aquisição de know-how na área de fabricação de armas. Há também grupos que se especializam em

[2] DUMONT, Louis, reflete sobre o Individualismo, demostrando que este conceito surge somente com as sociedades modernas, onde individualismo do mundo moderno e a do indivíduo no mundo, enquanto as sociedades tradicionais é a do indivíduo fora do mundo. Demostra a passagem de uma sociedade holística para uma sociedade individualista moderna. A moderna surge em negação a holística. In A Sociedade Moderna e o Nascimento do Individualismo. Uma perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna. Rio de Janeiro, Roco, 1985.

treinar caçadores e pescadores, bem como aqueles que confeccionam utensílios como canoas, cerâmicas e outros itens estratégicos afins para o povo e outros aliados próximos.

Outra característica importante da organização social tradicional é a ausência de poder autocrático. Os chefes indígenas recebem tarefas, responsabilidades e serviços, mas não têm soberania sobre o grupo. Por isso, o antropólogo francês Pierre Clastres[3] afirma que são sociedades que não dão poder absoluto a ninguém, então são sociedades que não têm Estado ou são contra o Estado, porque o Estado é uma manifestação concreta do poder soberano que é dado a alguém.

Diante dessa situação, a pessoa (o Estado) assume pleno poder sobre o povo e se define como existindo acima do bem e do mal, como nas sociedades ocidentais não indígenas. Para nós, nativos, os smokings são mais servos do povo do que chefes, pois são responsáveis pelas funções de organizar, expressar, representar e dirigir o coletivo, mas não possuem nenhum poder de decisão, que cabe inteiramente ao indivíduo. como um todo e os grupos que compõem o povo.

Por sua vez, os modelos formais de organização indígena vêm sendo adotados pelos povos indígenas ao longo do tempo, assim como vêm utilizando outras ferramentas e novas tecnologias dos povos não indígenas para defender seus direitos, fortalecer seu próprio modo de vida e melhorar. Suas condições de vida, que são as aspirações de qualquer sociedade humana.

Não significa ficar branco ou não ser mais índio. Pelo contrário, significa a capacidade de resistir, sobreviver e absorver conhecimentos, técnicas e valores de outras culturas para enriquecer, fortalecer e garantir a continuidade de suas identidades, valores e tradições culturais.

A ideia de um movimento étnico-indígena claro foi muito importante para superar a antiga crença do colonizador de que a única coisa que os índios sabiam fazer era lutar e brigar entre si, quando na verdade eles usavam essas rivalidades intertribais para governá-los ou julgando-as como uma pessoa.

## 3 ORGANIZAÇÃO INDÍGENA: CAUSAS EFEITOS DE UM MOVIMENTO POLITICO

Em 1970, o Congresso iniciado pelo CIMI e a ascensão de lideranças indígenas desencadearam o fortalecimento dos movimentos indígenas, e as projeções nos níveis regional, nacional e internacional impulsionaram o surgimento das primeiras grandes lideranças indígenas regionais e nacionais.

Conjugado a movimentos sociais amplo, que lutavam pela redemocratização do Brasil, a liberdade de expressão e participação na vida pública brasileira o amadurecimento do movimento indígena leva à formação de frentes indígenas (lideranças e organizações locais, regionais, nacionais e

[3] CLASTRES, Pierre. Economia Primitiva: Cap. 8. In: Arqueologia da Violência – Ensaio de Antropologia Política. São Paulo: Editora Brasiliense S.A. págs 127-144.

internacionais) que defendem os direitos coletivos, identificando as necessidades e estratégias de cada povo, formando a base concreta dos movimentos e lutas indígenas.

Inúmeras organizações e associações indígenas, étnicas, locais, regionais e nacionais surgiram posteriormente, incluindo categorias profissionais, de gênero e estudantis. O número de organizações indígenas cresceu tão rapidamente que se não existiam organizações indígenas reconhecidas em 1970, em 2001 eram 347 somente na Amazônia legal (PDPI, 2001).

Essas organizações revelaram novas lideranças indígenas (professores, agentes de saúde, agentes ambientais indígenas, etc.) que passaram a atuar como interlocutores com o Estado e ONGs. Cada vez mais assumem um papel de liderança na luta e obrigam a repensar a relação, o papel e a função das entidades consultivas e de apoio, bem como a sua relação com o Estado.

Atualmente, as organizações indígenas formam uma rede nacional de entidades, estratégias e iniciativas indígenas, e utilizam todos os meios políticos e tecnológicos do mundo moderno para defender e fazer valer os direitos indígenas. Os líderes dessas organizações têm feito campanhas consistentes em todo o país e no mundo para promover e defender os direitos indígenas, ocupando fóruns importantes como as Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos e outras organizações internacionais.

## 4 ASCENSÃO E AFIRMAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA ORGANIZADO

Uma das razões para o surgimento de organizações indígenas no Brasil pode ter sido a necessidade de responder à política de libertação indígena que o governo brasileiro tentou implementar no final da década de 1970, os povos indígenas, inicialmente responsáveis por dar incentivos às respostas aborígenes.

Além disso, a descentralização do apoio financeiro de recursos públicos e a cooperação internacional do pós-guerra (Segunda Guerra Mundial, que terminou em 1945) estimulou o surgimento de organizações com o propósito expresso de adquirir recursos, especialmente aquelas voltadas para a organização de alternativas ambientais e econômicas. Mas o que impulsionou e consolidou o surgimento e a existência jurídica das organizações indígenas foi a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a capacidade civil dos índios e suas organizações sociais e políticas.

O recuo do Estado e o vazio político e financeiro das instituições indígenas, a FUNAI também exige que os movimentos e organizações indígenas se fortaleçam, ampliem coalizões e interlocutores governamentais para superar a crescente falta de auxílio estatal e da FUNAI na vida comunitária.

Globalmente, a globalização das questões ambientais, incluindo a descentralização das discussões sobre as terras indígenas e a cooperação internacional, preferencialmente atuada no campo dos projetos, tem determinado o surgimento e o fortalecimento das organizações indígenas. Relacionado a isso, o investimento em educação nas áreas indígenas tem levado ao surgimento de

novas lideranças que começam a dinamizar a agenda da comunidade para encontrar respostas e soluções para os problemas enfrentados.

Todos as conquistas, ampliação das mobilizações, articulações nacionais e internacionais provocaram mudanças e adequações no movimento indígena. Se por um lado constitui-se espaços e conformação de políticas públicas, novas estratégias foram estabelecidas pelo estado nacional, conjugada a ofertas, com novas estratégias de integração e pacificação, cujo desafio é como os povos indígenas vão lidar com a complexa lógica burocrática da Administração Pública e da (ir)racionalidade política e ideológica do Estado em não tratá-los como sociedades diferenciadas; período de execução de programas e projetos nas terras indígenas, administração de recursos financeiros e prestação de contas, convivência com a burocracia; é tempos das (ir)responsabilidades, novas demandas da contemporaneidade.

## 5 ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO O MOVIMENTO INDÍGENA ORGANIZADO

Para os movimentos e grupos indígenas, a década de 1980 foi marcada por grupos informais, politicamente ativos, mas raramente institucionalizados, que reivindicavam direitos territoriais e assistenciais, por um lado, especialmente por meio da ação de lideranças carismáticas, e por outro lado. tradição e, por outro lado, os quadros da aldeia. Líderes carismáticos são aqueles que, por consciência, carisma e determinação pessoal, assumem a liderança das lutas indígenas em situações nacionais e internacionais, articuladas primeiro pela União dos Povos Indígenas (UNIIND) e depois pela União dos Povos Indígenas. Povos Indígenas (UNI) e no final da década pela COIAB[4].

A partir da década de 1990, com base na Constituição de 1988, emergiu em todo o Brasil uma multiplicação de organizações indígenas formais, institucionalizadas e legalizadas. Essas organizações estão assumindo cada vez mais funções que o Estado já não desempenha diretamente, principalmente nas áreas de saúde, educação e autossuficiência. Com isso, outras discussões passaram a fazer parte da agenda das organizações indígenas, como as discussões sobre discursos étnicos sobre desenvolvimento "étnico sustentável" e autogovernação territorial.

No início dos anos 2000, por meio de sua organização, que consolidou o espaço representativo do movimento indígena na esfera pública, diversos dirigentes de recursos governamentais e organizações indígenas passaram a ocupar a esfera pública e internalizar e gerir as funções e políticas da esfera da administração pública, trazendo novas conquistas trouxeram novos desafios; principalmente nos campos da saúde e da educação, políticas pautadas por novos conceitos e diferentes

[4] Testemunhamos o movimento de líderes indígenas: Manoel Moura Tucano, Álvaro Tucano, Egídio Tuyuka, Jacy Macuxi, Jerônimo Macuxi, Elclides Macuxi, Marcos Terena, Ailton Klenak, Mário Juruna, Megaron Tukaramae, Rauni Mentakuire. In Daniel Munduruku. O Caráter Educativo do Movimento Indígena Organizado Brasileiro (1970-1990). São Paulo Paulinas, 2012.

abordagens da prática política buscam superar a tutela histórica, o paternalismo e o apego da antiga prática política indígena oficial.

Identificadas as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas em lidar com a complexa lógica burocrática da administração pública e a natureza política e ideológica (ir)racional do Estado, não conseguindo ver os povos indígenas como portadores de uma determinada cultura.

Dessa forma, novas relações foram consolidadas entre o Estado e as organizações indígenas, com estas últimas assumindo cada vez mais o papel de executoras da ação estatal, em muitos casos. Por exemplo, muitas organizações indígenas (principalmente da região amazônica) têm convênios com a FUNASA, no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEIs, para a execução das ações básicas de saúde junto às comunidades indígenas[5].

Ao longo dos 40 últimos anos, os movimentos de resistências indígenas avançaram em suas pautas e conquistas. Embora a grande maioria de nós, sobretudo os aldeados, ainda vivemos em situação limites de sobrevivência, de segurança alimentar, de seguranças de nossas terras, mortes e perseguições de lideranças, conquistas foram realizadas, assim surgiram novas possibilidades de autonomia para os povos indígenas, e que passam necessariamente por um novo marco legal e uma nova institucionalização na relação com os povos indígenas.

Neste momento, a luta é pela manutenção e qualidade das políticas públicas conquistadas, em destaque, os Direitos conquistados na Constituição de 1988 a Demarcações e homologação de terras, principalmente na Amazônia; implantação da Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada, bilíngue, pluricultural, autônoma e auto-gestada por indígenas; políticas afirmativas em nível de pós-graduação, entre outros.

A permanência dos direitos e a continuidade e melhoria das políticas sociais voltadas aos povos indígenas vai depender muito do fortalecimento do movimento indígenas organizado e sua adequação ao novo contexto de ataques aos direitos coletivos, capaz de reagrutinar suas organizações de base, apoiadores e financiadores, com a capacidade de se pensar em novas estratégias de luta, de estabelecer negociação capazes de frear os assédios e perseguições em andamento pelo atual governo brasileiro.

É nesse contexto de violência e negação de direitos, acentuado nos dois últimos anos (2016/2017), é que a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, juntamente com a Associação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, retoma ao cenário nacional e internacional para (re) constituir, forças coletiva e criar frentes de resistências às políticas governamentais, que tem atuando para flexibilizar ou modificar os direitos indígenas, desaparelhamento das estruturas de apoio e assistência a população indígena, como a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e a Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, fechando postos de

[5] Tais responsabilidade, assumida por organizações indígenas, não foram acompanhadas, não foram oferecidas formação adequada, preparando os indígenas para lidar com a burocracia publica, administração de pessoal e recursos financeiros, ocasionando inadimplência e o fechamento de organizações.

saúde, de segurança nas fronteiras, acirando ainda mais os conflitos entre povos indígenas, fazendeiros, arrozeiros, mineradores e posseiros.

## 6 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COIAB FRENTE A CRISE POLITICAM/ECONÔMICA NO BRASIL

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, realizou entre os dias 28 a 30 de agosto de 2017, sua XI Assembleia geral, 600 lideranças indígenas da Amazônia brasileira se reuniram na terra indígena Alto Rio Guamá, na cidade de Santa Lúcia, estado do Pará. A conferência proporcionou uma oportunidade para analisar e debater questões fundamentais da Amazônia e dos povos indígenas do Brasil, incluindo: terra, saúde, educação, comunicação, desenvolvimento sustentável e geração de renda; paralelamente ao rali, foi realizada uma série de apresentações de arte, bem como um parágrafo sobre Vídeos sobre Tradição e Cultura Material. Na ordem do dia, a eleição de um novo Conselho Geral de Coordenação é um órgão de governo composto por uma Comissão Executiva, uma Comissão de Revisão e uma Comissão de Finanças.

Fundada em 1989 e sediada em Manaus/AM, a COIAB é a maior organização indígena do Brasil. No total, representa 160 pessoas de 09 estados da Amazônia. São eles: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Juntos, eles cobrem cerca de 60% da população indígena total do país, ou cerca de 440.000 pessoas. Além disso, reúnem 403 terras indígenas demarcadas e muitos outros territórios não normalizados (COIAB/2016). Sua eleição geral é realizada a cada 4 anos, representando 276 representantes das 46 regiões da Amazônia da Coordenação Executiva e do Conselho Deliberativo e Fiscal (CONDEF)[6].

Em sua XI Assembleia, foram eleitos os indígenas: Coordenador Geral: Francinara Soares (143 votos) – Povo Baré – Alto Rio Negro/Amazonas; Vice-Coordenador: Mário Nicácio Wapixana (120 votos) – Roraima; Secretário: Sitbró Xerente (94 votos) – Pará; Tesoureira, Ângela Amanakwa Kaxuyana (Acre) - eleita por aclamação da plenária. Após a realização da eleição da nova Coordenação Executiva, foram feitas as indicações e eleição do novo Conselho Deliberativo e Fiscal da COIAB (CONDEF): órgão consultivo, de assessoria e deliberativo da Coordenação Executiva, formado pelos representantes das 46 regionais de base da COIAB, sendo os eleitos: Presidente: Crisanto Xavante; Vice-Presidente, Ronaldo Amanaê e Secretária, Simone Vidal da Silva.

Nas últimas duas décadas, vem se consolidando gradativamente a participação dos aborígenes em diferentes áreas das políticas públicas que tratam de questões relacionadas ao povo aborígine e em órgãos políticos representativos como prefeituras, subprefeituras, câmaras e governos estaduais. A participação dos líderes em discussões temáticas-chave nos níveis nacional e internacional, como saúde e educação, permite que os líderes recebam treinamento adicional no processo de discussão e

[6] Setor de Documentação e Informação da COIAB/2016

advocacia política. A realização desses passos possibilitou que a COIAB se tornasse um dos principais interlocutores dos povos indígenas da Amazônia, à frente do governo e da sociedade brasileira.

A Coordenação eleita terá a urgente tarefa de resolver a situação de inadimplência financeira e de pessoal por qual passa a instituição; retomada de diálogos, novos entendimentos com os apoiadores e agências financiadoras (TNT, SERVIVAL, NORAD, OXFORD, FUNDAÇAO FORD e outros), estabelecer novas estratégias de lutas e convencimento junto as organizações de base; fortalecer as mobilizações e articulações junto as entidades regionais, nacionais e internacional, na luta em defesa dos direitos indígenas; aproximar e agregar os novos movimentos indígenas surgidos nos contextos urbanos; dirimir diferenças e conflitos entre os candidatos políticos indígenas.

## 7 CONJUNTURA: RELAÇÃO ENTRE OS DIREITOS INDÍGENAS E A POLÍTICA INDIGENISTA

A história dos Povos Indígenas é marcada pelos conflitos provocados pelo estado nacional e seus apoiadores ao longo da história do Brasil. Muitos conflitos envolvem a terra e o seu uso, as que está fora do mercado, é especialmente cobiçada: isso inclui Terras indígenas e quilombolas, unidades de conservação e lotes alocados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Todas essas terras são agora alvo de novas propostas legislativas do atual governo brasileiro.

Na Amazônia, diversos atores invadem terras protegidas; posseiros, que as tomam ilegalmente falsificando documentos; madeireiros clandestinos, que saqueiam madeiras de lei e exploram a área com métodos cada vez mais sofisticados; garimpeiros de ouro, bauxita, tantalita e nióbios, da região do Alto Rio Negro.

Invadindo cada vez mais as terras indígenas, a política de construção de hidrelétricas remonta à década de 1970 e às ditaduras militares. A política é particularmente importante para a indústria de mineração e o agronegócio. Ele foi ressuscitado no final do segundo mandato do presidente Lula, com a hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu e duas barragens no rio Madeira mais uma vez afetando as sociedades indígenas. A atual crise econômica suspendeu os planos de construção de mais cinco grandes fábricas na Bacia do Tapajós, o que afetará diretamente o povo Munduruku.

Algumas Propostas de Emenda Constitucional (PECs) estão paradas há anos ou décadas, aguardando o momento certo para entrar na pauta da Câmara. É o caso da PEC 215, originalmente proposta em 2000. As decisões sobre a delimitação dessas terras sempre estiveram no poder executivo, mas a PEC 215 delegaria esse poder ao legislativo, onde o agronegócio que se manifesta contra os interesses dos povos indígenas está fortemente representado. A emenda exige ainda que o Congresso aprove terras indígenas já demarcadas.

A Câmara dos Deputados e o Senado já são ocupados por deputados e senadores, independentemente de sua filiação partidária, que votam alguns itens legislativos que atentam contra os direitos indígenas. Esses representantes eleitos formaram a Frente Parlamentar Agropecuária, conhecida como "bancada ruralista". Embora as bancadas rurais tenham ganhado poder no parlamento nos últimos 10 anos, a demografia e os ambientes tradicionais estão sob crescente ataque. As sociedades de proteção ambiental e os povos indígenas também sofreram falhas notáveis, como a aprovação de um novo código florestal em 2012 e anistias para crimes ambientais já cometidos.

Dos 513 membros da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) conta atualmente com 231 representantes de diferentes partidos. Dos 81 senadores, 25 são da FPA. Além disso, há dois poderosos aliados: representantes evangélicos e defensores de armas civis. Juntos, esses três compõem o chamado banco BBB, a vaca, a bíblia e a bala.

O conflito rural e o desmatamento na Amazônia exacerbaram a violência rural. A população rural celebra o 'novo momento' do Brasil. Eles percebem que agora podem se mover livremente. Isso significa um aumento dos conflitos rurais. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), 1079 conflitos por terra surgiram em 2016, um número recorde desde o começo da série estatística em 1985. Trata-se, na média, de 3 conflitos por dia. O número de homicídios, que diminuiu de 2004 a 2014, voltou a aumentar: 61 pessoas foram mortas em 2016 e 37 homicídios rurais foram registrados de janeiro de 2017 a maio de 2017. Os povos indígenas são obviamente vítimas. Em 30 de abril, 22 indígenas ficaram feridos em um ataque aos gamelões no estado do Maranhão, dois homens desta etnia tiveram as mãos cortadas com um machado.

A constituição de 1988 declarou os direitos indígenas "primitivos", ou seja, reconheceu que eles existiam antes do próprio Estado. No entanto, a nova doutrina do "Marco Temporal" insiste que apenas os povos indígenas que ocupassem seus territórios na data da constituição de 1988 seriam beneficiados com o reconhecimento de seus direitos. Ao longo dos anos, muitas terras aborígenes foram subdivididas e reduzidas, reajustadas e ampliadas em outro momento. Qualquer decisão de expandir a terra após 5 de outubro de 1988 poderia ser anulada, de acordo com o "Marco Temporal".

## 8 O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

Nos últimos anos, os povos indígenas do Brasil enfrentaram intensas pressões que se intensificaram em todas as áreas do poder estatal. Em todos os níveis do parlamento, prevaleceram os interesses de grupos principalmente contrários aos direitos dos povos indígenas.

Considerando que o Parlamento é onde são criadas as leis e regulamentos que vinculam a sociedade como um todo, é necessário ver este espaço como um espaço estratégico para empoderar nosso povo e garantir que nossas lutas e agendas sejam efetivamente justificadas e transformadas.

Neste alto contexto de forças interconectadas e perpétua agressão aos direitos indígenas, resistência e poder. Os danos às câmaras municipais em cidades com populações aborígenes e assembleias legislativas sem representação aborígene são palpáveis.

Essa perda é ainda maior dentro dos limites da Assembleia Nacional, que sequer tem indígenas em sua composição. Essa falta de representação legítima dos povos indígenas levou a uma agenda fortemente reacionária e fundamentalista para grupos econômicos, especialmente as bancadas rurais, que historicamente têm sido inimigos dos povos indígenas.

Nas últimas eleições municipais, incentivamos fortemente o lançamento de candidatos indígenas em todo o Brasil. Essa estratégia rendeu resultados importantes. Centenas de candidatos indígenas estão concorrendo a vereador e prefeito em cidades de todo o país. Atingimos o marco histórico de 167 indígenas eleitos para os cargos de vereador e 05 indígenas eleitos prefeitos em suas cidades de origem, colocando a esperança de que defendam uma agenda progressista e positiva que tenha como foco a luta e as reivindicações dos povos indígenas e comunidades tradicionais, a agenda dos direitos humanos, a proteção do meio ambiente e a democracia, enfim, um conjunto de políticas sociais para a subjugação de toda a sociedade brasileira.

No entanto, o sistema político é antiquado, construído sobre o poder econômico e instrumentalizado pela elite do país. Por essas razões, é necessário continuar a lutar pela reforma política, que não pode ser reduzida à reforma eleitoral, a fim de garantir espaços de poder tradicionalmente marginalizados e democráticos genuínos e participativos, seja por linhas partidárias clássicas, colégios eleitorais diferenciados, ou organização, mecanismos autônomos para espaços de tomada de decisão coletiva.

Considerando que em 2018 todo o país enfrentará eleições para deputados estaduais e federais, senadores, governadores e presidente da República, a questão é que nosso povo não é mais apenas apoiante desse processo eleitoral. Por isso, conclamamos todos os povos indígenas do Brasil, a partir de agora, em nível local e regional, a iniciar discussões sobre a necessidade de lançar cada vez mais candidatos indígenas para a disputa nas próximas eleições, incentivando guerreiros e guerreiras, dispostos a ocupar parlamento nos estados e no Congresso Nacional.

Incorporar a agenda de luta dos povos indígenas ao debate político deve ser vista como missão de todo movimento indígena brasileiro. Por um parlamento cada vez mais localizado.

## 9 CONCLUSÃO

Na atualidade, a principal dificuldade que nós, povos indígenas é manter e garantir os direitos já adquiridos na Constituição de 1988, além de lutar pela melhoria das políticas de saúde e educação; lutar por outros direitos que ainda precisam ser conquistados para consolidar a perspectiva étnica de futuro, superando de vez as ameaças que atingem hoje nossos territórios.

Na cabeça de nossos governantes, os povos indígenas ainda são vistos como seres primitivos, transitórios, que algum dia deixarão de existir, seja por meio de processos naturais ou induzidos pelas políticas de intervenção. São aqueles que ainda atrapalham o progresso e avanços econômico do Brasil. A luta do Movimento Indígena Organizado é enfrentar o desafio de confrontar os ideários economicistas, desenvolvimentista impulsionado pela indústria do agronegócios e mineração, com chancelaria do governo, mediante a as condições sócio-jurídicas ou de cidadania - assegurar o espaço, assegurar as populações indígenas sua soberania dentro do estado nacional, da sociedade brasileira contemporânea, sem necessidade de abrir mão do que lhe é próprio: as culturas, as tradições, os conhecimentos e os valores.

Enquanto movimento político organizado, não perder de vista os elementos culturais que orientam a organização social, as relações coletivas estabelecidas entre os povos indígenas. O modelo hierárquico de comitês formais de associação cria conflitos de poder dentro das comunidades aborígenes, bem como disparidades sociais e econômicas, minando o valor da democracia horizontal, onde a tomada de decisão é um direito inalienável de todos os indivíduos, sendo eles, grupos que compõem a Comunidade.

As organizações política, representantes dos povos indígenas, necessitam mostrar maturidade, adequação aos novos contextos em que se exigi mais presença, coerência, poder de articulação junto as suas organizações e base; estratégias e poder de negociações frente ao estado nacional; capacidade de lhe dar com o aparato jurídico-administrativo do Estado, usando-os na defesa dos nossos direitos. Compatibilizar as diferentes lógicas, racionalidades e formas operacionais de tomada de decisão, de distribuição de bens e produtos, de organização das diferentes tarefas e responsabilidades, da noção de autoridade, de poder, de serviço e de representação política, como aparato, estruturas, estruturantes, constituindo forças organizativas, propulsora dos interesses coletivos dos povos indígenas.

Quanto a questão da política partidária, ter claro, que embora seja uma necessidade termos representação indígena no parlamento federal, estadual e municipal para pautar e aprovar matérias ao nosso interesse, os partidos políticos e o sistema político brasileiro, são instâncias burocráticas, cartorial do estado, constituído para referendar políticas protecionistas aos seus ideários, privilegiando interesses comuns das elites econômicas e políticas. Assim sendo, embora se apresente como alternativa de luta, legitima enquanto ansiedade e esperança, a estrutura partidária freia e controla as candidaturas indígenas. Por motivos óbvios, eleger indígena não interessa, na

divisão de poderes. Exceção a eleições municipais, em municípios de densidade eleitoral menor e que tenham, em sua maioria, eleitores indígenas.

Na verdade, os Partidos Políticos, de um lado, lançam as candidaturas indígenas, visando apenas a arregimentar votos, ampliar os votos de legenda, constituindo densidade eleitoral para eleger os candidatos aos cargos majoritários; do outro, frear e controlar as mínimas possibilidades de vitórias dos candidatos indígenas. Seus enfeites e adornos que ilustram seus regimentos pró-indígena, não passam de letras mortas e sem efeito, apenas ilusões que animam ingenuidades e alimentam os caciques partidários, interesses pessoais e dos grupos que se completam com essas estratégias e escamoteações.

Nesse contexto de idealizações, controle e manipulações, encontraremos indígenas sérios e convictos em seus ideários, esperançosos até a contagem do último voto; haverá outros, já bem mais ardilosos, absorveram e adotaram estrategista dos não indígenas, manipulam e se organizam para se completar individualmente. Estes, sabem e entendem muito bem o as regras do jogo, já aprenderam a barganhar todo tipo de migalhas, fortalecendo o controle dos espaços políticos nos microssistemas e microssistemas que atuam.

Portanto, é importante que o Movimento Indígena tem um olhar mais críticos em relação aos Partidos Políticos e aos candidatos Indígenas. Antecipadamente realizar crivos e controle sobre indígenas que pretendem usufruir do capital simbólico que as sociedades e organizações indígenas dispõem para legitimarem suas candidaturas. Existem "índios e índios" na corrida eleitoral. Candidaturas étnica-politica- coletivo e candidaturas étnicos-político-pessoal. Duas direções que devem orientar o eleitorado indígena.

Proponentes dos interesses indígenas no Brasil, não pode está refém dos interesses partidários ou pessoais, presente em tempo remotos, que produziram desvios na condução do movimento, desvios de condutas, enfraquecimento do movimento político indígena no Brasil. Os tempos continuam difíceis, sóbrios e obscuros por que escondem, dissimulam as estratégias que hoje o estado nacional utiliza para pacificar e integrar os povos indígenas ao modelo civilizatório, ocidental, do capital e do consumismo.

A Coordenação das Organizações Indígena da Amazônia Brasileira - COIAB, juntamente com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), tem protagonizado mobilizações importantes não só de índios, como de outros povos e setores, entre os quais, apoio aos afrodescendentes, refugiados, participando de mobilizações sócias amplas de trabalhadores, sindicatos e universidades.

Atualmente, existem grupos de prontidão, vigilante sobre qualquer ação do governo e da bancada ruralista que venha atacar os direitos indígenas. Foi o caso das semanas que antecederam a sessão do STF de 16 de agosto de 2017, que se pronunciaria a favor ou não do Marco Temporal,

cerca de 4000 indígenas de aproximadamente 200 etnias, em Brasília. Diante de ativistas indígenas, estavam a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o palácio presidencial e o Ministério da Justiça, comandado por políticos que os antagonizam, sendo emparedados pelo Movimento Indígena Organizado. “Nós, indígenas, somos poucos, mas estamos organizados”.

## REFERÊNCIAS


CLASTRES, Pierre. Economia Primitiva: Cap. 8 In: Arqueologia da Violência – Ensaio de Antropologia Política. São Paulo: Editora Brasiliense S.A. Págs 127-144.

COPANS, Jean (1977). Antropologia política. In Ciência da Sociedades Primitiva? Lisboa: Edições 70.

GODELIER. Maurice. O Enigma da Dádiva. Cap. IV – A Dadiva Des-cantada. Lisboa: Edições 70, 1977.

DUMONT, Louis. 1985. "Do indivíduo-fora-do-mundo ao indivíduo-no mundo". In: O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco. Cap. 1.

BECKER, Howad S. Uma Teoria da Ação Coletiva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977

VAGNER, Roy. A Invenção da Cultura. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

MUNDURUKU, Daniel. O Caráter Educativo do Movimento Indígena Organizado Brasileiro (1970-1990). São Paulo Paulinas, 2012.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

DaMATA, roberto. Relativizando: uma introdução a Antropologia Social. Rio de Janeiro. Roco, 2010.

ORTOLAN Matos, Maria Helena. O processo de Criação e Consolidação do Movimento Pan-Indígena no Brsil (1970 a 1980). (Dissertação de Mestrado). Brasilia.Departamento de antropologia da Universidade de Brasília, 1977.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. 2.ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2004.